

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

Position — Classification in the Public Service

(Estudo apresentado à Assembléia do Serviço Civil dos Estados Unidos e Canadá pela Junta de Classificação de Cargos e Planos de Retribuição no Serviço Público. Ismar Baruch, Presidente da Junta. Editado pela Civil Service Assembly, Chicago. 1941. XX, 404 págs., \$4.50.

Comentário por JOHN M. Pfiffener, in *Public Personnel Review* — Janeiro 1942 — Volume 3 — Número 1.

Acha-se, afinal, à venda, um livro impresso, consagrado à classificação de cargos. Os primeiros manuais mimeografados serviram, em sua época, ao deliberado propósito de circular, limitadamente, entre o então reduzido número de técnicos na matéria. Agora, porém, o emprego cada vez mais extenso da classificação de cargos como instrumento de administração de pessoal, está exigindo uma exposição permanente de sua filosofia, princípios e métodos. Felizmente, isto acaba de ser realizado por uma junta sob a presidência do senhor Baruch, com a vantagem de terem sido conservadas, nesse estudo, a mesma lucidez de estilo e a mesma clareza de organização de idéias, características de suas produções anteriores. Cumpre salientar, contudo, que o livro é também o produto de uma junta composta dos maiores expoentes em administração de pessoal. Um admirável trabalho de revisão conseguiu conciliar quaisquer divergências que, porventura, hajam existido entre os componentes da junta, de sorte que a impressão do leitor é a de um estilo harmonioso aliado a uma unidade de idéias.

Agrada ao comentarista acadêmico a copiosa documentação de que é farto o presente trabalho, especialmente quando posta em contraste com a aversão que os praticantes do ofício manifestam comumente pelas anotações à margem. E' evidente que foi feita uma tentativa muito séria para abranger toda a literatura no assunto. A frequência de citações de estudos sobre administração industrial parece indicar que as administrações de pessoal, pública e particular, apresentam mais relações comuns entre si, do que é costume supor.

O presente volume, apenas indiretamente, é que trata do problema da retribuição, assunto este relegado para outro estudo, em separado, ora em elaboração pela mesma junta. Tal proceder muito se coaduna com o credo profissional de que não se deve estudar, conjuntamente, a classificação de cargos e a padronização de salários e, também, de que a remuneração constitui somente um dos vários problemas de pessoal facilitados pela classificação. Forçoso é admitir que existe, em tal afirmativa, um argumento bastante forte que tende a colocar a classificação de cargos no plano importante que merece. A realidade, porém, não permite deixar de reconhecer, sem dificuldades, que a classificação implica, para muita gente, numa apreciação de aspectos pecuniários. A quem já apreciou o problema em dois campos inteiramente diversos, tanto na qualidade de presidente de comissão do serviço civil, como na qualidade de mero estudioso, uma separação às vezes, parece um pouco forçada.

O mecanismo da classificação de cargos está minuciosamente exposto. De fato, esse livro pode, sem dúvida alguma, ser usado extensivamente por todos aqueles que lidam com o assunto. Seria, por exemplo, especialmente oportuno ao treinamento dessas centenas de estudiosos de pessoal, diariamente procurados pelas repartições de defesa civil. Além de ensinar os processos e os meios de distribuir os cargos em adequadas categorias, os autores dão ótimos conselhos sobre os métodos de orientar e executar um inquérito de classificação. Muito oportunas são as observações feitas no tocante às relações humanas, isto é, como colocar os diversos indivíduos nos seus compartimentos próprios ("pigeon-holes") com o máximo de precisão e o mínimo de constrangimento.

Percebe-se, às vezes, que este fator humano não é encarado, direta e corajosamente, por parte dos administradores de pessoal, como a sua importância o exige, uma vez que a maior parte dos inquéritos gerais de classificação de cargos costuma causar nervosismo entre os servidores. Por serem as situações propostas, relacionadas, em última análise, com um plano de pagamento que deve ser adotado pelo corpo legislativo, os servidores públicos frequentemente exercem pressão no sentido de impedir a sua aprovação, perpetuando-se, dess'arte, as más práticas de administração de pessoal, que sempre se procurou evitar.

O método facil de obviar esse inconveniente é censurar a incompreensão reacionária dos grupos de servidores, porquanto o único meio correto, embora difícil, de corrigi-lo é o método democrático da consulta recíproca, da deliberação e do aperfeiçoamento. O corpo legislativo costuma, em geral, adotar quaisquer propostas razoáveis que tenham o forte apoio da massa dos servidores. Eis aí o motivo por que os técnicos de classificação de cargos devem ser treinados em assuntos de relações públicas, pois são eles os únicos a estabelecer normalmente o contacto do departamento de pessoal com os chefes de serviço e seus subordinados. Os objetivos mais importantes da administração de pessoal raramente serão alcançados se o conceito de "controle" for o único responsável pela mentalidade dos que compõem a repartição central de pessoal. Deve haver o controle, mas somente surtirá efeito, quando, sem esse nome, conseguir passar despercebido pelos que, por ele, forem afetados.

Ao tratar do delicado assunto do funcionário que esteja trabalhando fora de sua "classe" adequada, a solução sugerida pelos autores é a de readatá-lo administrativamente, se a lei o permitir. Tal decisão deve, por força, basear-se no registo de trabalhos executados durante um período suficientemente longo para permitir tal solução, devendo, ainda, cercar-se das necessárias precauções processuais, afim de se evitar o abuso. Um dos meios fatais de se estragar um esplêndido esquema de classificação de cargos é exigir dos incumbentes a prestação de provas competitivas ou não competitivas, cujos resultados possam lhes parecer prejudiciais à própria reclassificação.

O estudo recomenda, além disso, que as emendas no plano de classificação de cargos sejam feitas mais pela administração do que pelo poder legis-

lativo — proposta essa perfeitamente sã, dentro dos limites de sua aplicação. Entretanto, aí é que se revela a fraqueza pragmática da separação ideal entre a classificação e a retribuição pecuniária. Se qualquer modificação de pagamento, isolada, for, obrigatoriamente, apresentada ao poder legislativo, poderá haver embaraço no processo de classificação. Tal situação se observa frequentemente na administração municipal. O único remédio é usar algum método pelo qual o poder legislativo possa exercer o controle orçamentário, democrático, sem prejudicar o pagamento de indivíduos ou grupos de indivíduos.

Os professores de ciência política deviam ser concitados a ler a secção do livro que trata da classificação de cargos usada entre os ingleses. Os livros didáticos da geração passada induziram os estudantes norte-americanos a acreditar que o serviço civil inglês estava dividido em três grandes classes, tais como, a administrativa, a executiva e a classe denominada "clerical", e que era intrinsecamente boa, enquanto o sistema norte-americano era intrinsecamente mau. O presente tratado nos ensina, agora, muito oportunamente, que o serviço público civil inglês possui centenas de classes especializadas por funções, semelhantemente às que existem no serviço público civil norte-americano e que as chamadas "classes do Tesouro" ("Treasury classes"), até há bem pouco tempo citadas como representativas do serviço civil britânico, dele constituem, apenas uma pequena parte. Já é tempo de os estudantes norte-americanos perderem o seu complexo de inferioridade relativo ao contraste existente entre a administração americana e a inglesa. Nestes últimos anos, os norte-americanos fizeram progressos tremendos, alguns dos quais bem podem equiparar-se aos métodos e às realizações dos ingleses.

Faltando ao comentarista a necessária competência para julgar os aspectos técnicos da classificação de cargos, sobram-lhe, contudo, motivos suficientes para elogiar os méritos do presente trabalho, em que se acham expostas, em proporções bem equilibradas, a teoria e a prática, os aspectos progressistas da administração e as suas correspondentes técnicas.

O estilo é polido e a leitura é facil, apesar de ser pouco popular a natureza do assunto. Além disso, o livro foi escrito por especialistas que aproveitaram métodos e ensinamentos eruditos para benefício de leitores teóricos e práticos.